

Tendências & Desafios dos estudos em Educação para a Paz no Brasil

Trends & challenges of studies in Education for Peace in Brazil

André Felipe Costa Santos¹

Universidade Estácio de Sá

andrefelipecostantos@gmail.com

Clarilza Prado de Sousa²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

clarilza.prado@gmail.com

Serena Eréndira Serrano Oswald³

Universidad Nacional Autónoma de México

sesohi@hotmail.com

Resumo: Objetivou-se analisar as tendências e os desafios dos estudos brasileiros a respeito da ‘Educação para a Paz’ (EPP) realizados por investigadores vinculados a grupos de pesquisas registrados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; ademais, entre esses estudos, foram inventariados aqueles que se articulavam com a Teoria das Representações Sociais (TRS) – de S. Moscovici. Dos 117 artigos escritos entre 2008-2018 por esses pesquisadores, destacam-se como tendências: o predomínio de estudos teóricos (70,7%) sobre investigações de cunho empírico (29,2%); registram-se como as disciplinas com maior produção de investigações em EPP no Brasil a *Educação Física e Relações Internacionais*; não foram localizadas pesquisas em EPP articuladas com a TRS. Erguem-se como desafios: desenvolver pesquisas em EPP, conforme as especificidades da área de conhecimento da Educação; elaborar investigações em EPP articuladas com a TRS.

Palavras-chave: Educação para a paz; Brasil; Representações sociais

Abstract: The objective was to analyze the trends and challenges of Brazilian studies on ‘Education for Peace’ (EPP) elaborated by researchers linked to research groups registered and certified in the Directory of Research Groups of the National Council for Scientific and Technological Development; in addition, it was inventoried which of these studies articulated with the Theory of Social Representations (TRS) – by S. Moscovici. Of the 117 articles prepared between 2008-2018 by these researchers, the following trends stand out: the predominance of theoretical studies (70.7%) over empirical investigations (29.2%); Physical Education and International Relations are registered as

¹ Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

³ Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Cuernavaca – Morelos, México.

the subjects with the highest production of investigations in EPP in Brazil; there was no research found in PPE articulated with the RRT. The following challenges arise: to develop research in EPP according to the specificities of the area of knowledge of Education; investigations into EPP articulated with the TRS.

Keywords: Education for Peace; Brazil; Social representations

Introdução

Este manuscrito⁴ tem como objetivo expor as *tendências* e os *desafios* que circunscrevem a investigação da Educação para a Paz (EPP)⁵ segundo as produções acadêmicas brasileiras na contemporaneidade, bem como inventariar quais desses estudos foram articulados com a Teoria das Representações Sociais – TRS (MOSCOVICI, 1961). Conforme já manifestamos em estudos anteriores (SANTOS; SOUSA, 2017; 2018; 2019; SANTOS, 2017; 2021), reside nessa articulação a possibilidade de um avanço investigativo da referida educação a partir do prisma psicossocial, bem como há a oportunidade de um maior desenvolvimento dos estudos sobre a educação *em e para* valores morais no bojo da TRS.

Particularmente, a feitura desta revisão apresenta como um de seus contributos a possibilidade de uma maior aproximação e aprofundamento das produções acadêmicas que focalizam a referida temática, marcadamente de natureza teórica e de ampla plasticidade hermenêutica (GUIMARÃES, 2005; MUÑOZ, 2009, 2011). Nessa linha, a revisão, ao congregar estudos de um específico objeto/temática, oferece instrumentos para produzir uma análise do tipo ‘estado de conhecimento’, isto é, viabiliza a:

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo na monografia (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

Diante do supracitado objetivo e das prerrogativas que orientam a realização deste estudo, é oportuno, brevemente, relatar os achados e as conclusões de um primeiro estudo exploratório de levantamento bibliográfico efetuado por nós (SANTOS, 2017), mediante o qual foram analisados teses, dissertações e artigos científicos a respeito das pesquisas brasileiras relativas à EPP, versada com a TRS.

Na primeira etapa do estudo (SANTOS, 2017), inventariando as teses e as dissertações produzidas no Brasil no período de 2000 a 2016, alocadas nos repositórios da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), constatou-se a existência⁶ de um total de: *BDTD – 39 dissertações e 15 teses; Capes – 12 dissertações e 4 teses.*

Em apertada síntese, os achados dessa etapa da revisão evidenciam:

⁴ Este artigo é parte integrante da tese *Educação para a paz: representações sociais de jovens do ensino médio público sobre a tolerância/intolerância* (SANTOS, 2021), de André Felipe Costa Santos, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

⁵ Considerando a complexidade da conceituação da EPP, o presente artigo apoiar-se-á em duas perceptivas complementares. No tocante à primeira concepção, a EPP é: “[...] uma forma particular de educar em valores. [...] Educar para a paz pressupõe a educação a partir de – e para – determinados valores, como a justiça, a cooperação, a solidariedade, o compromisso, a autonomia pessoal e coletiva, o respeito, ao mesmo tempo que questiona os valores contrários a uma cultura de paz [...]. Educar para a paz é uma educação a partir de uma ação” (JARES, 2007, p. 45). Por seu turno, a segunda concepção defende que a “Educação para a Paz é um campo de estudos e prática que utiliza o ensino e a aprendizagem não só para desmantelar todas as formas de violência, mas também para criar estruturas que constroem e sustentam uma sociedade justa e equitativa paz” (BAJAJ, 2019, p. 65 – tradução nossa).

⁶ Para maiores interessados nos procedimentos da revisão bibliográfica, vide Santos (2017).

- Um baixo número de investigações em formato de teses e dissertações sobre a EPP, se comparado com outros fenômenos/objetos pesquisados nas áreas de conhecimentos⁷ inventariadas.
- Não foram encontrados estudos articulando a EPP com a TRS, sugerindo, assim, haver uma carência de pesquisas sobre a análise psicossocial da EPP, a partir do referido prisma teórico-metodológico.
- No que tange aos estudos que inter cruzam a EPP e os valores morais, foi encontrada somente uma tese, na qual a autora (FREIRE, 2004) articula sua investigação cuja fundamentação teórica basilar são os estudos da moralidade de J. Piaget e de L. Kohlberg.
- Por fim, denotou-se que expressiva parcela de teses e dissertações brasileiras localizadas⁸ sobre a EPP fazia menção e endossava documentos de órgãos supranacionais⁹, indicando, por conseguinte, a importância do uso e análise crítica desses documentos (SANTOS, 2017).

De forma semelhante, na segunda etapa do estudo (SANTOS, 2017), foram analisados artigos científicos brasileiros, entre o período de 2000 a 2016¹⁰, sobre a EPP, que apresentavam interface com a TRS alocados no repositório do *Scientific Electronic Library On-line* (SciELO).

As descobertas dessa segunda etapa indicam haver no Brasil um total de oito artigos científicos a respeito da EPP arregimentados no SciELO; desse universo, dois artigos tracejavam sobre EPP e o valor moral da tolerância (EÇA, 2014; FISCHMANN, 2001), não sendo encontradas, porém, publicações acerca da EPP, correlacionadas com a TRS.

Cruzando os resultados das duas etapas da revisão bibliográfica, concluímos (SANTOS, 2017) que existem no âmbito das produções acadêmicas brasileiras sobre EPP, em formato de teses, dissertações e artigos científicos do SciELO, proeminentemente, dois indicativos: 1.º Há na comunidade científica brasileira uma dedicação débil, porém crescente, de estudos no campo da EPP. 2.º Existe uma carência investigativa da temática da EPP, analisada a partir do prisma psicossocial da TRS, bem como examinando os valores morais.

À luz desses indicativos, entende-se que se faz relevante em estudos futuros o “alargamento de investigações a respeito das representações sociais aplicadas no campo da Educação para a Paz” (SANTOS, 2017, p. 67), igualmente dos valores morais.

Alicerçados nas conclusões da supracitada investigação, visando aprofundar, refinar e prosseguir na revisão bibliográfica sobre EPP articulada com a TRS no âmbito brasileiro, neste artigo foi redirecionada a revisão com o intuito de analisar as produções científicas, em formato de artigos científicos digitais, desenvolvidas no âmbito dos grupos brasileiros de pesquisas *registrados* e *certificados* pelo “Diretório de Grupos de Pesquisa” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que dispõem Linhas de Pesquisa em “Educação para a Paz” e “Paz”.

Diretrizes metodológicas

A partir de um levantamento no *site* do “Diretório de Grupos de Pesquisa”¹¹ do CNPq, buscaram-se grupos de pesquisas que dispusessem do título ou de Linhas de Pesquisas contendo as palavras-chave/descriptores “Educação para a Paz” e “Paz”. Em um primeiro levantamento, foi encontrado um total de 11 grupos de pesquisas registrados. Entretanto, ao adotar como *critério de seleção* investigar as

⁷ Santos (2017) executou levantamento bibliográfico nas áreas de conhecimento: Educação, Direito, Filosofia, História, Psicologia, Sociologia e Teologia.

⁸ 19 dissertações e 11 teses.

⁹ Majoritariamente, Organizações das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

¹⁰ Para maiores esclarecimentos sobre os procedimentos e critérios desta segunda etapa da revisão bibliográfica, vide Santos (2017).

¹¹ Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp>.

produções de grupos brasileiros de pesquisas *registrados e certificados* pelo CNPq, centrou-se atenção em nove grupos de pesquisa¹².

Seguidamente, a partir da seleção dos grupos, realizou-se uma incursão em cada uma de suas Linhas de Pesquisa que se dedicavam a estudar a temática da EPP¹³ e, nesse processo, foi encontrado um total de nove linhas de pesquisas.

Posteriormente, visando acessar as produções acadêmicas em formato de artigos científicos publicados no período de 2008 a 2018¹⁴, adentrou-se no currículo de cada um dos pesquisadores vinculados às linhas de pesquisa¹⁵, por meio da Plataforma Lattes¹⁶ do CNPq. Tendo como referência os artigos científicos registrados no *Curriculum Lattes* dos pesquisadores, buscou-se extraí-los em suas respectivas revistas científicas de publicação¹⁷.

Com esse procedimento, apura-se que, no curso de dez anos (2008 a 2018), os pesquisadores publicaram 213 artigos científicos. Não obstante, considerando que parcela¹⁸ desses artigos encontrava-se em repositórios de revistas não gratuitos ou não foi localizada, bem como não atendia ao *critério de depuração* de fazer menção no título ou corpo do resumo às temáticas de “Educação para Paz” ou da “Paz”, para realizar a revisão bibliográfica, trabalhou-se com um montante de 171 artigos científicos/documentos.

Ansiando analisar o conteúdo dos artigos científicos, realizou-se a leitura completa e aprofundada destes, pois, conforme recomendam estudiosos (VASCONCELLOS *et al.*, 2020), nos estudos do tipo “estado do conhecimento”, a leitura acurada dos documentos permite melhor verificar os traços históricos e idiossincráticos que compõem a temática investigada.

Por seu turno, considerando a densidade de informações abordadas nos artigos, para organização e análise destes, foram efetuados dois procedimentos de análise:

1.º Procedimento – A fim de levantar ‘indícios primários’ acerca dos possíveis temas/conteúdos que frequentemente têm sido refletidos nos artigos, foram processadas as palavras-chave neles citadas pelo *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ) – versão 2014, desenvolvido por Ratinaud (2009) –, a fim de gerar uma ‘nuvem de palavras’. Paralelamente, foram efetuadas “leituras flutuantes” (FRANCO, 2008, p. 55) dos resumos, ansiando mapear características globais que, porventura, circunscrevem os documentos. Com esse procedimento, foram estabelecidos, por meio de uma categorização semântica (FRANCO, 2008), possíveis eixos de conteúdos gerais e, igualmente, apontadas características mais abrangentes tratadas nos resumos/artigos científicos.

2.º Procedimento – Visando aprofundar, melhor organizar e sistematizar os conteúdos principais abordados nos artigos científicos, novamente utilizando o *software* IRaMuTeQ (RATINAUD, 2009), foram

¹² Vide Apêndice 1.

¹³ Realizamos esse procedimento, visto que os grupos de pesquisas podem ter mais de uma Linha de Pesquisa para o estudo do mesmo objeto/fenômeno, por exemplo: “Educação para a Paz e Epistemologias do Sul” e “Educação para a Paz e Direitos Humanos”.

¹⁴ É oportuno sublinhar que a eleição do declarado período de levantamento decorreu da viabilidade técnica de acessar as publicações em formato digital, no repositório das revistas científicas. Ainda nesse ponto, é válido anotar que, embora como *critério de seleção* tenha sido analisar os resumos/artigos científicos digitais publicados no período 2008 a 2018 por grupos de pesquisas dedicados na investigação da Educação para a Paz, os documentos selecionados para revisão abarcavam os dez anos, nos quais o pesquisador (autor do artigo analisado) estava inserido no grupo de pesquisa. Assim, grupos de pesquisas fundados, registrados e certificados no curso desse período pelo CNPq tiveram os artigos de seus pesquisadores analisados, considerando a data de institucionalização do grupo no CNPq.

¹⁵ Processo realizado nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2019.

¹⁶ Site da Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/>.

¹⁷ O processo de captação dos artigos científicos nos repositórios de cada revista científica ocorreu nos dias 22 e 24 de fevereiro de 2019.

¹⁸ 42 artigos.

processados os resumos dos artigos científicos por meio do método de “Classificação Hierárquica Descendente”.

Apresentação e Análise dos Dados

No que tange às características gerais desses nove grupos de pesquisa, denota-se que: sete grupos de pesquisas eram arregimentados em universidades públicas – 77,7% – e dois em universidades privadas – 22,2%. Especificamente, no que se refere às universidades públicas, quatro grupos de pesquisas estavam alojados em universidades federais e 3 em universidades estaduais.

No tocante à disposição geográfica desses grupos de pesquisa no Brasil: três grupos se localizavam na região Sudeste, dois no Nordeste, dois no Sul, um no Norte e um no Centro-Oeste.

Ao atribuírem sua “Área de Predomínio” investigativo, os grupos registraram-se em duas áreas: “Ciências Humanas”, com subáreas na Educação (5), Teologia (1), Ciências Políticas (1) e Sociologia (1); e “Ciências Sociais Aplicadas”, com subárea no Direito (1). Diante dessa classificação, verifica-se que o campo educacional assume uma maior preponderância, mas, acima de tudo, verifica-se uma pluridisciplinaridade inscrevendo as reflexões desses grupos.

No que se refere à institucionalização desses grupos de pesquisa no CNPq, averiguou-se que o primeiro grupo foi constituído em 1981, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e o mais recente foi estabelecido no ano de 2017, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Depreende-se dos dados coletados que os períodos em que mais ocorreu a institucionalização de grupos de pesquisa com linhas de investigação em “Educação para a Paz” no CNPQ foram nos anos de 2006 e 2015.

Por fim, constatou-se que esses 9 grupos de pesquisas apresentavam um total de 37 pesquisadores, sendo 21 do sexo feminino (57%) e 16 do sexo masculino (43%); quanto a suas formações, 26 são doutores (70%), 6 mestres (16%), 3 especialistas (8%) e 2 graduados (6%).

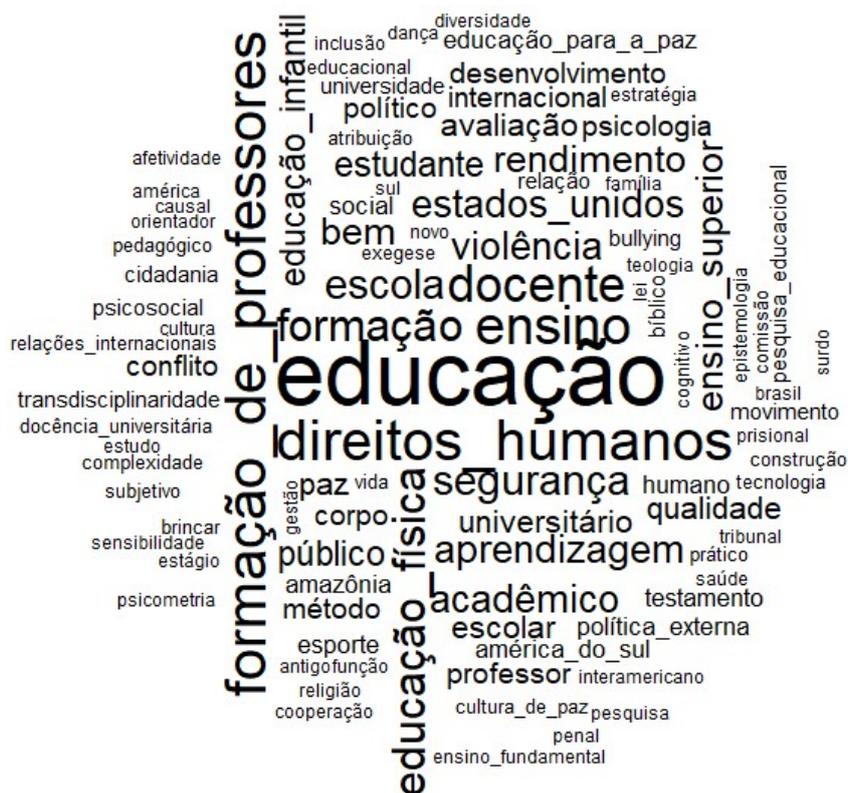
Tendo como base essas características gerais, visando maior organicidade na exposição e análise dos dados, esta secção será dividida em dois momentos complementares: 1.º *Momento* – Aproximação dos estudos; 2.º *Momento* – Análise dos conteúdos abordados nos resumos.

1.º *Momento: Aproximação dos estudos*

Com o propósito de levantar indícios primários sobre os possíveis temas/conteúdos que frequentemente têm sido refletidos nos artigos científicos selecionados, por intermédio do processamento das palavras-chave no *software* IRaMuTeQ (RATINAUD, 2009), constatou-se a ocorrência de 1.163 termos, dos quais 502 eram de formas distintas e com frequência média de 2,31 para as palavras no *corpus*. No que tange ao Índice de Diversidade do *corpus*, o valor registrado foi de 0,43, indicando uma maior homogeneidade dos termos no *corpus*.

Seguidamente, foi processada a “nuvem de palavras”, que oportuniza por meio de uma análise léxica “agrupar as palavras e as organizar graficamente em função da sua frequência” (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 508). Como ilustra a Figura 1 a seguir:

Figura 1: Palavras-chave em formato de “Nuvem de Palavras”



Fonte: Dados do Pesquisador.

Considerando as palavras-chave que tiveram frequência maior que dez citações, superficialmente, a partir de uma categorização semântica (FRANCO, 2008), deflui-se que os artigos possivelmente apresentam como conteúdos gerais três eixos:

- 1.º Educacional (*Educação* – 29; *Formação de Professores* – 17; *Ensino* – 16; *Docente* – 15; *Educação Física* – 13; *Escola* – 12; *Aprendizagem* – 11; *Ensino Superior* – 10)
- 2.º Relações Internacionais (*Estados Unidos* – 11);
- 3.º Temas Interdisciplinares (*Direitos Humanos* – 17; *Segurança* – 12; *Violência* – 11; *Acadêmico* – 11; *Bem* – 10; *Rendimento* – 10).

Na sequência, por intermédio da leitura dos artigos, constatou-se a prevalência de estudos de natureza¹⁹ teórica (83 pesquisas que equivalem a 70,7%) em contraste com diminuta parcela de estudos empíricos (34 pesquisas que correspondem a 29,2%). No que tange às investigações de cunho empírico, verificou-se a utilização de diferentes tipos de amostras, em especial, estudantes universitários e professores. No que se refere ao emprego dos instrumentos de coleta de dados, a preferência foi de questionários (45,2%)²⁰, observação (20,7%), documental (16,9%), entrevista (15%) e grupo focal (1,8%).

Identificam-se, por meio desse primeiro momento analítico, indícios “macroestruturais” que apontam que as investigações em formato de artigos científicos produzidos por grupos de pesquisa com linha de pesquisa em EPP no Brasil, durante 2008-2018, marcadamente, apresentam como ênfase de interesse de pesquisa “Educação”, “Relações Internacionais” e “Temas Interdisciplinares”. Em complementação, majoritariamente, são encontradas evidências de uma maior produção de artigos científicos de cunho teórico.

¹⁹ Influenciados por Ferreira (2010, p. 61), consideramos como artigos teóricos “os estudos caracterizados por revisões críticas de conceitos, modelos e/ou teorias, ou de reflexões e discussões de temas, práticas e métodos de pesquisa e intervenção [...], alicerçados em posições teóricas e por vezes também em casos ilustrativos. Já os artigos empíricos foram classificados como tal se envolvessem procedimentos de coleta e análise de dados”.

²⁰ É válido salientar que parcela (45,8%) desses questionários continha questões pautadas por escalas.

No tocante a este último dado, possivelmente essa predileção de desenvolvimento de artigos científicos de natureza teórica decorre de uma “cultura de área de conhecimento”. Dessarte, conforme mencionado na caracterização dos grupos de pesquisas em que estão arrematados os autores desses artigos científicos, verifica-se o registro das subáreas de Educação, Teologia, Ciências Políticas, Sociologia e Direito; “áreas de conhecimento”, nas quais há uma proeminência de objetos investigativos plásticos/filosóficos e latente produção de estudos ensaísticos (JAPIASSU, 1988).

Diante desses supracitados achados primários e compreendendo a relevância da exploração do sentido, contexto e apropriação em que as palavras-chave, bem como as informações são estruturadas nos artigos científicos, prosseguiu-se a revisão analisando de forma mais acurada os resumos dos artigos científicos.

2.º Momento: Análise secundária dos conteúdos abordados nos resumos

Alicerçados nos dados primários explanados, no atual momento, objetivando melhor conhecer os conteúdos abordados nos artigos, foi realizada uma análise do conteúdo dos resumos com o auxílio do processamento destes no referido *software*, a partir do método de “Classificação Hierárquica Descendente”. Com esse propósito e procedimento, a partir da lematização dos resumos registrou-se: a ocorrência de 26.527 termos; 5.002 formas distintas; 1.130 termos com frequência maior ou igual a três; e de um universo de 672 segmentos textuais. Foram analisados 539 segmentos textuais, permitindo, assim, o aproveitamento de 80,21% deles.

De forma descritiva, foi constituído um total de quatro classes²¹; na primeira partição há a separação da classe 1 (31%) das demais, possivelmente sugerindo que o conteúdo dos resumos centra-se em dois agrupamentos de “ideias” e “assuntos”. Por sua vez, na segunda partição, são observados dois eixos: no primeiro eixo, emerge a classe 2 (28,9%) e, no segundo eixo, há a partição das classes 3 (20,6%) e 4 (19,5%), que sugerem uma maior homogeneidade e proximidade entre estas últimas.

Observa-se que na *classe 1* – “Metodologias” (30,98%) –, embora composta por estudos empíricos nas áreas da Educação e Saúde que se dedicam a pesquisar problemáticas que circunscrevem o campo da EPP²², todos os estudos nela aglutinados tiveram como foco a análise da saúde dos agentes escolares, no que tange a seu bem-estar e qualidade de vida.

Nesse sentido, sinteticamente, os dados dessa classe sugerem que os artigos científicos produzidos por grupos de pesquisa com linha de investigação em EPP do Brasil têm por tendência: 1. Tatear as problemáticas que compõem o campo da EPP ou dos estudos irenistas²³ – ex.: *bullying* –, porém não obrigatoriamente se atêm a desenvolver investigações empíricas empregando o escopo teórico-metodológico do referido campo. Nessa perspectiva, é possível deduzirmos que há traços de um processo reflexivo que usa os termos “Educação para a Paz” e “Paz” como vernáculos “ocos” (FREIRE, 1970/2005, p. 65) e desvinculados de um “campo de conhecimento” a que a academia tem dedicado atenção; 2. Possivelmente, investigam a temática da EPP com ênfase no desenvolvimento de estudos de natureza teórica, dado confluyente aos apontamentos registrados no primeiro momento da análise dos resumos.

No tocante à *classe 2* – “Ação Pedagógica” (28,94%) –, evidencia-se que é aglutinado um conjunto de segmentos textuais de estudos de natureza teórica que, preponderantemente, pesquisam e reflexionam acerca da educação no âmbito formal.

²¹ Conferir Apêndice 2.

²² Por exemplo: *bullying*, qualidade de vida, rendimento escolar e entre outros.

²³ Irenismo é uma corrente do pensamento filosófico focada na meditação e estudo da Paz; seu vernáculo homenageia a deusa grega da Paz (Irene – Εἰρήνη).

De modo transversal, nota-se que a EPP investigada encontra-se recorrentemente associada às defesas da formação pedagógica com ênfase na capacitação de docentes, sugestionando que os investigadores educacionais pacifistas brasileiros também são refratários de um costume/ “cultura de área do conhecimento” (JAPIASSU, 1988) que perpassa os estudos em educação fazendo oblação à “Formação Docente” (ANDRÉ, 2006; VENTORIM, 2016).

Por sua vez, interconectada com a formação, depreende-se que é com a compressão da Educação Física como “Disciplina Científica e Disciplina Escolar” que tem sido desenvolvida expressiva parcela dos estudos em EPP no Brasil. Assim, defluiu-se que os resumos/artigos articulam o campo da EPP com um conjunto de temáticas e categorias idiossincráticas a tal disciplina, ou seja, são englobadas análises sobre o *movimento*, o reconhecimento da *corporeidade*, o debate sobre o *preconceito* e o *estereótipo* nos *esportes*, entre outros aspectos; assim, é possível pontuar que há uma ampliação na forma de pensar, refletir e intervir no processo de EPP. Em acréscimo, verifica-se que é trazido à baila um posicionamento defendendo enfoques culturalistas – Cultura do Corpo e Cultura da Paz (ONU, 1999)²⁴ – para interpretação e implementação da EPP.

Outra tendência identificada é que os resumos analisados apresentam estreita filiação epistêmica aos referenciais irenistas da Espanha (JARES, 2002), Estados Unidos (GALTUNG, 1985) e de Organizações Supranacionais (ONU/UNESCO, 1948; 1999), para relatar, investigar e implantar a EPP no Brasil.

Paralelamente, observa-se, por meio da leitura aprofundada dos documentos, que somente um artigo (MAGALHÃES, 2013) dedicou-se a estabelecer um posicionamento crítico a tais referenciais. Tal fato nos conduz a levantar como hipótese que os estudos no campo da Educação para Paz no Brasil possivelmente são acometidos por uma “colonização epistêmica” (SANTOS, 2018), uma vez que escassos são os registros de pesquisas em formato de artigos científicos que se ocupam de tecer contraposições às proposições estrangeiras e de constituir bases para o desenvolvimento teórico-metodológico de um pensamento educacional pacifista atento às idiossincráticas brasileiras.

Em especial, decorrente dessa acentuada associação epistêmica internacional, constata-se uma inclinação aos estudos da violência, do conflito e segurança no âmbito da EPP no Brasil, ou mesmo secundarizando as investigações de tal educação aos métodos e interpretações arraigados no campo da violentologia e conflitolgia.

Por sua vez, de maneira comum, nota-se que todos os resumos/artigos aglutinados nessa classe pontuam que EPP é um “campo/domínio do conhecimento” que permite ao pesquisador investigá-lo a partir de diferentes prismas teóricos e metodológicos. De maneira consubstancial, há também nos documentos uma premência argumentativa salientando a relevância dos estudos em valores morais na formação pacifista.

No que diz respeito à *classe 3* – “Conteúdos de Relações Internacionais” (20,59%) –, denota-se que são agrupados segmentos textuais que aludem a pesquisas de natureza teórica. Ademais, observa-se que a disciplina científica das Relações Internacionais vem interpretando e desenvolvendo uma EPP com centralidade nas marcas dos Direitos Humanos e da Cultura Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948; UNESCO, 2012). Tais características são relevantes, pois, concordando com Cabezado e Haavelsrud (2013) e Bajaj (2015), indiferentemente do prisma científico disciplinar pelo qual reflete a EPP, é crucial uma postura científica e pedagógica conectada com a reflexão dos direitos fundamentais e humanos.

²⁴ Apoiando-se nas considerações da ONU (1999, p. 1), os artigos conceituam a Cultura de Paz como: “um conjunto de valores, atitudes, tradições e estilos de vida baseados: a) No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; [...]”.

Por seu turno, tendo em vista os sentidos atribuídos aos Direitos Humanos nos estudos de Relações Internacionais – “plataforma internacional” e “sistema de segurança”²⁵ –, somos, no campo da Educação, compelidos cautelosamente a reelaborar e adaptar tais contribuições, visando, também, congregar um entendimento de Direitos Humanos que contemple os cidadãos/pessoa (CANDAUI, 2020), e não somente restrito à ótica “estadocentrista”. Ademais, há de se considerar que os Direitos Humanos são uma construção histórico-social aberta e em constante ampliação, não algo posto e findado nos marcos positivos, tal qual recorrentemente foi empregado no âmbito dos estudos irenistas advindos da disciplina das Relações Internacionais.

Subsidiado nessa tendência, uma convergência que se verifica entre os dados das *classes 2* – “Ação Pedagógica” – e *3* – “Conteúdos de Relações Internacionais” – é o fato de haver diferentes, mas não divergentes, defesas ao enfoque culturalista (Cultura da Paz – UNESCO, 1999; e Cultura dos Direitos Humanos – UNESCO, 2012) para o desenvolvimento da EPP no Brasil, ou seja, na disciplina de Educação Física primou-se pelos aspectos concernentes à Paz e ao Corpo e, por sua vez, na disciplina de Relações Internacionais, pelas diretrizes dos Direitos Humanos. Segundo o material analisado, possivelmente, um dos aspectos contributivos para a ocorrência desse episódio seja o fato de ambas as disciplinas refletirem acerca da formação em EPP voltadas para diferentes públicos²⁶ e espaços, bem como não haver nessas disciplinas uma distinção clara, consensuada e taxativa entre a Educação em Direitos Humanos e a EPP.

De forma condensada, tende-se para a complexidade e a transdisciplinaridade que constituem as filigranas investigativas que a comunidade acadêmica brasileira tem estabelecido para refletir a EPP. Em outras palavras, apesar de as disciplinas científicas estudarem e defenderem a mesma temática/campo – EPP – e tomarem como prisma analítico a mesma base epistêmica (ONU, 1948; UNESCO, 1995), há o desenvolvimento de elaborações e propositivas particulares em cada disciplina científica.

Por sua vez, na última classe, *classe 4 (19,48%)*, identifica-se que são agrupados segmentos textuais registrados em investigações de natureza teórica atrelados às “Temáticas Pacifistas”.

Resumidamente, averigua-se, a partir dos resumos/artigos analisados nessa classe, que na disciplina de Relações Internacionais há uma estreita circunscrição dos sentidos da “Paz” – “Paz: como fenômeno” e “Paz: como estado sociopolítico” –, enfatizando as relações institucionais de Estado, Nações e organizações supranacionais. Nesse entendimento, constata-se que, embora haja no bojo dessa disciplina a articulação reflexiva da Paz aos elementos históricos e materiais que compõem as realidades sociais, igualmente há nos documentos analisados uma ausência – silêncio – interpretativa de pensar a Paz vinculada à formação dos cidadãos ou centrada a algum enfoque pedagógico. Assim, a Paz se manifesta como um fenômeno ou estado desvinculado/não enraizado nas pessoas/sujeitos como agentes políticos com potencial de operar as transformações sociais e constituir a Paz que eles anseiam.

²⁵ Para maior conhecimento: 1. Como uma “plataforma internacional” que pressupõe o reconhecimento de que todos os seres humanos possuem uma liberdade essencial, “mesmo que estejam condicionados a diferentes contextos sociais, culturais e psicológicos” (VERDE; ASSUNÇÃO, 2014, p. 76). Os valores morais da liberdade humana e justiça emergem nos resumos/artigos como dois preceitos sociais essenciais para o cidadão poder conviver pacificamente, intervir e desenvolver o “ambiente em que ele habita”. 2. Como um “sistema de segurança” que sistematiza os direitos fundamentais do ser humano e permite orientar e condicionar a aplicação do Direito nas demais esferas (Civil, Penal, Internacional etc.). Nesse bojo, os Direitos Humanos erguem-se como um código de proteção individual e dos coletivos sociais que auxilia e parametriza o estabelecimento da justiça social do Estado com relação aos cidadãos, com outras Nações e Organizações e, principalmente, com a manutenção, vigilância e ampliação de específicas normatizações jurídicas. Subjacente a essa interpretação, denota-se que os resumos reforçam a concepção de Direitos Humanos, como uma das tecnologias modernas do Direito Internacional para garantir a segurança dos cidadãos e a mediação de conflitos de Estado nos âmbitos nacional e internacional.

²⁶ Visando reforçar: na disciplina de Educação Física, majoritariamente, foi pensada uma EPP direcionada *para acadêmicos do curso de Educação Física, professores e estudantes do Ensino Fundamental*; já na disciplina de Relações Internacionais o foco foi *nos estudantes de relações internacionais e nos agentes do corpo diplomático*.

Ademais, de forma secundária, ambos os supracitados sentidos de Paz apresentam vinculações com o estudo dos conflitos, das problemáticas regionais e da segurança. Tais dados são semelhantes aos que havíamos encontrado e debatido na Classe 3 –“Conteúdos de Relações Internacionais”.

Verifica-se que os resumos/artigos que compõem essa classe expõem inflexões teóricas ao tracejarem os sentidos da Paz nos estudos em Relações Internacionais. Observa-se que, ao adotarem como filiações epistêmicas doutrinadores do racionalismo – *I. Kant, Raymond Aron, Kans Kelsen*, entre outros – e do realismo político do direito internacional – *Johan Galtung e Hans Morgenthau* –, ocorre um corte epistêmico redirecionando a atribuição de sentidos da Paz e, igualmente, a interpretação desta às esferas sociais macro e micro. É oportuno salientar que o emprego desses teóricos, possivelmente, de forma indireta, obscureceu uma reflexão autoral/própria sobre a Paz, visto que esta é tomada como um objeto posto/acabado em si, aspecto que, em nenhum artigo pertencente à classe, foi questionado, tampouco historicizada sua elaboração conceitual ou ampliado tal conceito/objeto.

Por último, outra tendência central que emerge em todas as classes reside no fato de que não foram localizados estudos que articulassem o aporte teórico-metodológico da TRS na investigação e no desenvolvimento da EPP, resultado semelhante ao já encontrado por nós no estudo de Santos (2017) aqui relatado.

Em alinhavo, diante da explanação e análise dos dados, constata-se que as produções científicas, em formato de artigos científicos digitais desenvolvidos entre os anos de 2008 a 2018, por grupos brasileiros de pesquisa *registrados e certificados* pelo CNPq, que dispõem de Linhas de Pesquisa a respeito de “Educação para a Paz” e “Paz”, sinteticamente podem ser circunscritas em três eixos de tendências gerais, como ilustra o quadro a seguir:

Quadro 1: Tendências gerais dos artigos científicos sobre “Educação para a Paz” elaborados no Brasil entre 2008-2018

Eixos	Tendências
Características Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Predomínio de estudos de natureza teórica (70,7%) sob investigações de cunho empírico (29,2%). • A EPP é compreendida como um “campo/domínio de conhecimento” transdisciplinar. • Não foram localizados estudos que adotassem o aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1961), tampouco de qualquer outro aporte teórico-metodológico que oportunizasse um enfoque interpretativo psicossocial. • Majoritariamente, os estudos filiam-se epistemologicamente às contribuições de: 1. J. Galtung; 2. Organizações Supranacionais (especialmente, ONU e UNESCO). • As disciplinas científicas de Educação Física e Relações Internacionais registram o maior predomínio de produções científicas em EPP no Brasil. • Conflito, Violência e Segurança, frequentemente, emergem como temáticas investigadas nos estudos irenistas. • Emerge a defesa de enfoques culturalistas como instrumento de desenvolvimento da EPP no Brasil. • Centram-se em investigar a Educação para a Paz no âmbito de ambientes de aprendizagem formal. • Há o reconhecimento da pesquisa e ensino dos valores morais como um dos instrumentos e eixos de promoção da EPP.
Disciplina de Educação Física	<ul style="list-style-type: none"> • Enlaça o campo da EPP com o estudo do <i>bullying</i>, preconceito, gênero, espiritualidade e ecoformação. • A Educação Física firma-se como uma disciplina científica para refletir a EPP, bem como disciplina escolar para intervenção de práticas pedagógicas pacifistas. • Há a defesa do enfoque culturalista pautado pela Cultura da Paz (UNESCO, 1999) e pela Cultura do Corpo. • Movimento e corporeidade registram-se como aspectos/categorias ressaltadas nos estudos • A “Formação Docente” sistematiza-se como uma das principais áreas pedagógicas pesquisadas e salientadas para a promoção da Educação para a Paz. • Somadas as filiações epistemologicamente citadas, figuram-se as contribuições de: 1. X. Jares; 2. E. Morin.
Disciplina de Relações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Traz como filiações epistêmicas os doutrinadores do Direito Internacional – das correntes do racionalismo e realismo político – e igualmente as recomendações e decisões de órgãos supranacionais. • Defesa do enfoque culturalista pautado pela Cultura Universal dos Direitos Humanos. Embora não traga nenhuma aceção do que seja esse enfoque culturalista, deduzimos que, possivelmente, os artigos científicos apontam para as defesas culturais dos órgãos supranacionais (UNESCO, 2011). • Direitos Humanos sistematizam-se como umas das temáticas, proeminentemente, enfatizadas nos estudos irenistas em Relações Internacionais. Nessa linha, tal assunto é atribuído como “plataforma internacional” e “sistema de segurança” que visam assegurar os direitos fundamentais dos seres humanos e do Estado. • A EPP manifesta-se como um dos tópicos que a formação acadêmica de internacionalistas deve contemplar, bem como uma educação que tem o potencial para auxiliar no desenvolvimento da Cultura Universal dos Direitos Humanos. • Aproxima a EPP de temáticas que perfazem o ofício da carreira diplomática, por exemplo: seguridade social, político-econômico-sociais, não submissão à tortura, entre outros. • É desenvolvida uma interpretação da “Paz” como “fenômeno” e “estado social” decorrente dos marcos legais.

Fonte: Dados dos autores.

Desafios dos estudos em Educação para a Paz no Brasil

Diante desse painel de tendências, é oportuno refletir a respeito de quatro apontamentos que se revelam como desafios científicos que a comunidade irenista brasileira interessada pode vir a desenvolver em estudos futuros em prol da ampliação do campo da EPP em nosso país.

Como primeiro apontamento, depreende-se que, conforme os dados produzidos, os estudos educacionais irenistas brasileiros são efetuados, preponderantemente, no bojo da Educação Física e das Relações Internacionais. Tal tendência, como mencionado, evidencia o caráter transdisciplinar investigativo que compõe a EPP, bem como alui para os nichos e como têm se desenvolvido os esforços da comunidade científica brasileira na investigação dessa educação. Por seu turno, ao sermos coerentes com as normatizações das agências de regulação científica brasileira, conforme estabelece a Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2017), as investigações realizadas na Educação Física e nas Relações Internacionais não perfazem/abrangem a área do conhecimento da Educação.

De forma mais detalhada, conforme a CAPES (2017), a Educação Física constitui-se como uma subárea de conhecimento pertencente à “Grande Área” de Ciências da Saúde e às Relações Internacionais, embora, vinculada à “Grande Área” das Ciências Humanas – semelhante à Educação –, estabeleça-se como uma subárea de conhecimento própria e autônoma da área de conhecimento da Educação. Nesse sentido, é importante pontuarmos que, considerando os artigos científicos analisados, há, por exclusão, a possível existência de um vácuo investigativo de estudos em EPP, genuinamente elaborados e desenvolvidos na área de conhecimento da Educação no Brasil.

Diante dessa situação, cristaliza-se como um primeiro desafio investigativo dos pesquisadores irenistas no campo da EPP no Brasil não somente questionar a debilidade de estudos desse campo na área de conhecimento da Educação, como igualmente insuflar esforços coletivos para edificar e divulgar pesquisas em formato de artigos científicos, capítulos de livros, livros e outros meios de difusão, em conformidade com o *moris* da área de conhecimento da Educação. Observa-se que essa carência de estudos no campo da EPP, na área de conhecimento da Educação, indiretamente pode acarretar a inscrição de uma EPP brasileira que traz em si o ranço analítico de múltiplas colorações disciplinares – especialmente Educação Física, Relações Internacionais, Filosofia, Direito, entre outros –, sem que sejam contempladas as questões e as especificidades que inscrevem a área de conhecimento da Educação propriamente dita.

Por sua vez, o segundo apontamento ressalta que os artigos analisados foram escritos apoiados, majoritariamente, em uma miscelânea de contribuições teóricas internacionais, como: X. Jares, J. Galtung, Organizações Supranacionais, entre outros. Assim, dos 171 artigos analisados somente um artigo científico firmou uma reflexão crítica em justaposição a esses marcos teóricos internacionais. Portanto, sugere-se que há a instalação de uma maciça adesão científica brasileira aos postulados estrangeiros, desacompanhada, pois, de uma reflexão nacional autoral – “protagonismo intelectual” (SANTOS, 2018, p. 24).

De modo cauteloso, é válido registrar que a utilização de referenciais internacionais não causa prejuízos ao desenvolvimento de estudos no campo da EPP – porquanto os citados referenciais, até os dias atuais, vêm oferecendo valiosas contribuições para o desenvolvimento dessa educação, bem como reconhecendo a rica plasticidade que compõe a análise e promoção da EPP, fato que, indiretamente, compele-nos, por dever de ofício, a lançar mão desses múltiplos e interdisciplinares aportes teórico-metodológicos (SANTOS, 2021).

Não obstante, ao termos como um dos pressupostos científicos o compromisso ético-político da feitura de uma educação atenta à transformação/emancipação dos sujeitos em sua localidade (SERRANO OSWALD, 2015; OSWALD, 2018), é fundamental que seja somada à utilização de referenciais estrangeiros no campo educacional pacifista nacional a realização de um enquadramento/adaptação reflexivo dessas contribuições internacionais à luz das histórias, culturas, experiências, realidades, idiossincrasias e problemáticas que inscrevem o povo brasileiro, em vista de constituir um pensamento educacional pacifista, efetivamente brasileira e cientificamente autônomo, com categorias e metodologias próprias.

Em outras palavras, o emprego desmesurado de referências estrangeiras para promoção e interpretação da EPP no Brasil, de modo indireto, instala sintomaticamente uma submissão teórica a um império cognitivo (SANTOS, 2018) em que se opta por estabelecer formas de implementação da EPP no Brasil ou investigar problemáticas impostas ou descoladas das realidades/dos contextos nacional. Ilustram bem essa situação os estudos nacionais que restringem a EPP, meramente articulada com a investigação dos *conflitos, violências e segurança*, como propugna o irenismo da escola norte-americana galthuniana.

Em face dessa situação, verifica-se que se sedimenta como um segundo desafio investigativo dos estudos irenistas no campo da EPP no Brasil constituir um *corpus* teórico-metodológico em torno dessa educação de modo próprio, autônomo e autoral. Nessa perspectiva, trata-se de dar um passo acadêmico para além do emprego de epistemologias e hermenêuticas estrangeiras (SANTOS, 2010; 2018) em prol da tessitura de um pensamento educacional pacifista para o Brasil, mas, especialmente, a partir do reconhecimento dos complexos saberes, realidades históricas, econômicas, culturais e experienciais que inscrevem nosso país, as quais, por vezes, foram silenciadas pela oblação a interpretações acadêmicas ancoradas no “estrangeirismo” – “eurocentrismo” e “nortecentrismo”. Como reforça Santos (2018, p. 26):

Trata-se antes de identificar e valorizar aquilo que nem sequer figura como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, a dimensão cognitiva das lutas da resistência contra a opressão e contra o conhecimento que legitima a mesma opressão. [...] [É] aquilo que chamo de sociologia das ausências, ou seja, transformar sujeitos ausentes em sujeitos presentes como condição imprescindível para identificar e validar conhecimentos que podem contribuir para reinventar a emancipação e a libertação social.

Por seu turno, o terceiro apontamento que emerge por meio desta revisão bibliográfica reside na possível instalação de uma crise reflexiva dos conceitos de “Educação para a Paz” e da “Paz”, considerando que quase todos os documentos examinados²⁷ reproduzem as clássicas conceituações destes, advindas das fundamentações teóricas irenistas estrangeiras consagradas (GALTUNG, 1985), mas são tímidos em refletir e ampliar esses conceitos. Em outras palavras, tais documentos usam os conceitos de “Educação para a Paz” e de “Paz”, todavia não se ocupam de repensar, ampliar e atualizar tais conceitos. Assim, mesmo reconhecendo a notoriedade dos artigos irenistas analisados, verifica-se que eles utilizam como linha dorsal de suas argumentações conceitos caducos (JAPIASSU, 1988), que se constituíram no âmbito de uma estrutura reflexiva e conjuntural das décadas de 1980 e 1990, quando estes foram tecidos inicialmente.

Ademais, é relevante anotar a marcante ausência de algum artigo científico, dentre os examinados, que tenha dedicado atenção ou feito alguma menção à constituição histórica da EPP, como conceito ou campo de conhecimento, bem como que tenha devotado reflexões a respeito da complexa carga simbólica que, historicamente, foi se assentando na urdidura conceitual/ideativa da Paz. Pautados por esses silêncios ou ‘não ditos’, parece que os documentos analisados trazem consigo um traço de anunciação dos conceitos estrangeiros de “Educação para a Paz” e de “Paz” e, igualmente, do campo da EPP, como construções teóricas atreladas a um “dever ser” posto – acabado –, findado em si e desvinculado das ações históricas e sociais que os organizaram.

Nessa linha, possivelmente, esse movimento de fundamentação da EPP/Paz pode estar trazendo um ranço ideativo que pouco contribui para uma reflexão enraizada na materialidade contemporânea, no reconhecimento dos sujeitos, dos coletivos, das instituições sociais e demais atores sociais que, com o passar do tempo, foram construindo o conceito/campo da EPP e da Paz. Cristaliza-se, assim, uma interpretação da “Educação para a Paz” e “Paz” enclausurada em uma torre de marfim.

Diante dessa situação, constata-se que se impõe como uma primeira face do terceiro desafio investigativo dos estudos irenistas no campo da EPP no Brasil a necessidade de serem repensados e atualizados os conceitos de “Educação para a Paz” e “Paz”, bem como de serem firmadas investigações em benefício do resgate histórico constitutivo do campo da EPP, realçando as contribuições mundiais e seus desdobramentos no Brasil. Assim, melhor focando este último aspecto, há de ser lançada luz não somente sobre o desenvolvimento histórico dos conceitos, metodologias e pedagogias que compuseram o campo de conhecimento da EPP, mas, principalmente, sobre os sujeitos e coletivos sociais que inscreveram e

²⁷ Somente o Documento n.º 105 (MAGALHÃES, 2013) realizou uma justaposição.

inscrevem esse campo para os ambientes de formação educacional formal e informal, haja vista que os artigos científicos analisados, de modo uníssono, centram-se em limitar o campo investigativo da EPP para contextos formais de aprendizagem.

Em adição, outra face desse desafio expressa-se em memorar as significações e as relações simbólicas que historicamente objetivaram a conceituação/ideação da Paz, a fim de que possamos melhor refletir, posicionar e ampliar os complexos entendimentos a respeito da Paz, em vista da sistematização de um projeto (MARCUSE, 1999; GUIMARÃES, 2005) de país pacífico por intermédio da educação. Em outras palavras, hão de reconhecer as tradicionais e relevantes conceituações de Paz produzidas nas pesquisas irenistas, porém, na mesma linha, assume latência fundamental o empenho da comunidade científica irenista brasileira em meditar e avaliar qual o conceito de Paz que melhor abarca e conforma o estudo e implementação desta à realidade nacional, segundo suas idiossincrasias materiais e simbólicas.

Por último, o quarto apontamento que se revela por meio desta revisão bibliográfica habita na carência de estudos irenistas interessados em investigar os elementos subjetivos que se albergam no campo educacional pacifista por um prisma teórico-metodológico psicossocial – em especial, da TRS.

Diante do material analisado, verifica-se que o campo da EPP manifesta-se sendo trabalhado ora com uma feição simétrica às subordinações teóricas e metodológicas dos estudos em *violentologia, conflitolgia e segurança* da escola irenista norte-americana galthuniana, ora com um aspecto de relato de experiências e projetos pedagógicos pacíficos, ora com um traço ancorado na egrégora positiva dos órgãos supranacionais que ventilam a relevância de um enfoque culturalista – Cultura da Paz (UNESCO, 1995) e Cultura Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 2011) – na circunscrição dessa educação.

Dessarte, apesar de reconhecermos que essas feições subsidiaram uma aproximação do campo da EPP na investigação de temas plásticos, denota-se que de modo harmônico todos os artigos científicos apreciados optaram por tatear tais temáticas a partir uma ótica objetivista em detrimento de, equitativamente, contemplar os aspectos subjetivos que transpassam as relações dos sujeitos/agrupamentos com essas matérias.

Desse modo, é circunscrito um campo da EPP em que as subjetividades dos sujeitos e agrupamentos (MOSCOVICI, 2011) em inter-relação com as supracitadas temáticas são relegadas pela adoção interpretativa objetivista. Como ilustram as conclusões dos artigos analisados, eles propugnam, proeminentemente, ações pedagógicas irenistas vinculadas ao âmbito do material/concreto em detrimento de não pontuarem, também, os aspectos subjetivos e simbólicos que atravessam suas defesas:

Conclui-se que a sociedade amadurecida, em pleno terceiro milênio, discute o tema inclusão de surdos e a prática de esportes, mas poucas ações efetivamente tornam possível a prática de educação física para essa comunidade. Para que esses pleitos aconteçam, é de suma relevância e interesse de toda sociedade o investimento na formação dos docentes de maneira continuada para que professores possibilitem observar suas práxis e se reelaborem de forma criativa e apropriada, pois são responsáveis por preparar os seus alunos para os desafios da modernidade (Documento n.º 45).

Pari passu com essa marca dos estudos em EPP, da mesma forma há de se considerar que os documentos examinados timidamente se dedicam a instituir um olhar sobre o EGO, ALTER e contextos sociais (MOSCOVICI, 2011) em que são inscritas e circunscritas as problemáticas de estudo do campo da EPP. Portanto, incorre-se na arquitetura de um campo educacional pacifista “desencarnado”, em que as ideias e as argumentações/análises teórico-filosóficas parecem estar “flutuando no ar” (JODELET, 2009, p. 697), em obliteração a reconhecer os sujeitos e os agrupamentos como potenciais agentes históricos, que elaboram e reelaboram os saberes, conhecimentos, problemáticas e temáticas sociais por meio de suas cotidianidades.

Em simetria, é possível defluir que, indiretamente, organizam-se como primado dos estudos irenistas examinados interpretações, fundamentalmente, em que a fala centra-se segundo os conhecimentos reificados oriundos de uma racionalidade “cientificizada” atribuída como “sagrada” (MOSCOVICI, 2010; 2011; SANTOS, 2018), em desvantagem, de igual modo, de serem escutados e inquiridos outros nichos de produção e assentamento de conhecimentos sociais e racionalidades que também constituem as realidades sociais e são produzidas no senso comum, dinamicamente, por meio da inter-relação dos sujeitos e agrupamentos (BERGE; LUCKMANN, 2014; MARKOVÁ, 2017).

Logo, lucubra-se à luz do conhecimento científico sobre os participantes da pesquisa, mas se amordaça a possibilidade de eles relatarem a partir de seus conhecimentos, experiências, saberes, idiossincrasias e contradições sobre eles próprios ou a respeito de uma temática/problemática irenista que os afetam. Firmam-se nessa ótica estudos sobre os participantes da pesquisa, mas não conjuntamente e sobre esses em torno do objeto pesquisado (PASSEGGI *et al.*, 2016).

Diante desse cenário, constata-se que se configura como um quarto desafio investigativo a necessidade de serem contemplados nos estudos do campo da EPP os aspectos subjetivos e simbólicos que se instalam nos múltiplos objetos e realidades que esse campo educacional se propõe a investigar e desenvolver práticas pedagógicas e interventivas. Nessa lógica, o aporte teórico-metodológico psicossocial – e, nomeadamente, a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1961) – emerge como uma ferramenta vanguardista na tentativa dialógica de contrabalancear o clássico dilema da objetividade *versus* a subjetividade nos estudos sociais (LANE, 2002). Ademais, como aludem estudiosas (SOUSA; VILLAS BOAS, 2004; SOUSA; NOVAES, 2013; SOUZA *et al.*, 2020), a área educacional em si é inscrita e circunscrita por elementos subjetivos, aos quais as pesquisas sociais devem atentar-se, principalmente, como sublinhamos em investigação anterior (SANTOS, 2019), tratando-se do campo educacional pacifista, sua articulação com os arcabouços teórico-metodológicos psicossociais:

[...] possibilita a elaboração de um conjunto de dados que podem subsidiar o desenvolvimento de técnicas e práticas educacionais a fim de reelaborar os processos de subjetivação beligerante e permitir que o sujeito desenvolva sua consciência de si e do sentido de coletividade como elementos préteos para desenvolver a Paz (SANTOS, 2017, p. 110).

Perante os resumos/artigos científicos analisados neste manuscrito, verifica-se que se manifestam como desafios investigativos em prol da ampliação desse campo:

- Instituir pesquisas e publicações no campo da EPP segundo as questões e especificidades – *moris* (costumes) – da Área de Conhecimento da Educação (CAPES, 2017).
- A constituição de um pensamento educacional pacifista para e a partir do Brasil com categorias próprias e métodos de pesquisa autônomos.
- A premência de serem repensados e atualizados os conceitos de “EPP” e “Paz”, segundo as idiossincrasias do Brasil, bem como de serem investigadas as significações e as relações simbólicas que historicamente compuseram a ideação da “Paz” em prol da organização de um projeto pacifista para o país por meio da educação.
- Serem contemplados nos estudos do campo da EPP os aspectos subjetivos e simbólicos a partir de um prisma analítico psicossocial. Assim, deve-se atentar ao EGO, ALTER e “contextos” sociais (MOSCOVICI, 2011, p. 45) em que são inscritas e circunscritas às problemáticas de estudo da EPP.

Considerações Finais

Em alinhavo, em face dos resumos/artigos científicos examinados neste manuscrito, constata-se que os estudos em EPP no Brasil cristalizam-se como um campo investigativo frutífero, que apresentam uma gama de tendências e desafios.

Diante desse quadro, erguem-se como possíveis propostas a fim de se tentar melhor desenvolver a EPP no Brasil: a divulgação e o emprego de referenciais teórico-metodológicos irenistas tanto nos cursos de graduação como nos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sendo assim oportunizado que um número maior de estudiosos brasileiros conheça e desenvolva estudos desse campo de investigação; criação de linhas pesquisas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Educação com foco no desenvolvimento de investigações irenistas; desenvolvimento de projetos de pesquisa irenistas regionais que tenham como base a valorização e o reconhecimento de elementos histórico-sociais idiossincráticos do Brasil; destinação de recursos das agências de fomento à pesquisa brasileira para investigações interessadas no desenvolvimento de estudos para a Paz e outros temas atrelados às pesquisas irenistas na educação; desenvolvimento de centros de investigação ou redes de pesquisa entre os grupos de pesquisa brasileiros que tenham como foco o desenvolvimento das Pesquisas para a Paz e da Educação para a Paz; e, por fim, aprofundamento do diálogo intercultural com outros países, objetivando aprimorar nossas investigações.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. A jovem pesquisa educacional brasileira. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 11-24, 2006.
- BAJAJ, Monisha. ‘Pedagogies of resistance’ and critical peace education praxis. **Journal of Peace Education**, v. 12, n. 2, p. 154-166, 2015.
- BAJAJ, Monisha. Conceptualising critical peace education for conflict settings. **Education and Conflict Review**, v. 2, p. 65-69, 2019.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRASIL. Representação da UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1998.
- CABEZUDO, Alicia; HAAVELSRUD, Magnus. Rethinking peace education. **Journal of Conflictology**, v. 4, n. 1, 2013.
- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um *software* gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CANDAUI, Vera Maria. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, p. 678-86, 2020.
- EÇA, Teresa Torres de. Para além do crepúsculo das artes visuais na escola: beyond the twilight. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 26, p. 17-27, mar. 2014.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, v. 23, p. 257-272, 2002.
- FISCHMANN, Roseli. Educação, direitos humanos, tolerância e paz. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 11, p. 67-77, 2001.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- FREIRE, Nádía Maria Bádue. Educação para a Paz: Um estudo Psicogenético sobre a Tolerância . 2004. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GALTUNG, Johan. Twenty-five years of peace research: ten challenges and some responses. **Journal of Peace Research**, v. 22, n. 2, p. 141-158, 1985.
- GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a paz**: sentidos e dilemas. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2005.

- GUZMÁN, Vicent Martinez. Epistemologías e investigación para la paz y los conflictos desde una filosofía para hacer las paces. **VI Jornadas de Investigación y Docencia del Centro de Investigaciones de Trabajo Social**. Jornada llevada a cabo en la Universidad de Zulia, Venezuela, 2016.
- JAPIASSU, Hilton. A questão da interdisciplinaridade. **Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular**. Secretaria Municipal de Educação, Porto Alegre, 1988.
- JARES, Xesús R. **Educar para a paz em tempos difíceis**. São Paulo: Palas Athena, 2007.
- JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, v. 24, p. 679-712, 2009.
- LANE, Silvia *et al.* A dialética da subjetividade vs. objetividade. *In*: FURTADO, Odair; REY, Fernando Gonzalez (org.). **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2002. p. 11-16
- MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. O “ser solidário” e a construção da cultura de paz. **Dialogia**, n. 18, p. 117-134, 2013.
- MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Unesp, 1999.
- MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MARKOVÁ, Ivana. **Mente dialógica**: senso comum e ética. Tradução L. Ulup. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2017.
- MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.
- MOSCOVICI, Serge. **A invenção da sociedade**: sociologia e psicologia. Tradução Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MUÑOZ, Francisco A. *et al.* **Los hábitos de la paz imperfecta**. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2011.
- MUÑOZ, Francisco A. **Pax Orbis, complejidad y conflictividad de la paz**. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2009.
- PASSEGGI, Maria; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Roberta Antunes Medeiros de. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em educação. **Revista Lusófona de Educação**, n. 33, p. 111-125, 2016.
- RATINAUD, Pierre. **IRaMuTeQ**: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. 2009. Disponível em: <http://www.iramuteq.org>.
- SANTOS, André Felipe Costa; SOUSA, Clarilza Prado de. A relevância de estudos em representações sociais versados com as pesquisas para a paz no desenvolvimento de uma educação para a paz. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 37, p. 93-113, 2017.
- SANTOS, André Felipe Costa; SOUSA, Clarilza Prado de. Educação para a paz: análise das condições culturais de desenvolvimento no Brasil. **Práxis Educativa**, v. 14, n. 2, p. 638-658, 2019.
- SANTOS, André Felipe Costa; SOUSA, Clarilza Prado de. Sujeito relacional: ensaio sobre o conflito. *In*: MISSIAS-MOREIRA, Ramon *et al.* (org.). **Representações sociais e seus diversos olhares**. Curitiba: CRV, 2018. p. 27-43.
- SANTOS, André Felipe Costa. **Construção e validação de uma matriz de referência para o estudo das representações sociais sobre educação para a paz-tolerância**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

- SANTOS, André Felipe Costa. **Educação para a paz: representações sociais de jovens do ensino médio público sobre a tolerância/intolerância**. 2021. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula; PEIXOTO, Carolina. **Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016**. São Paulo: Cortez, 2018.
- SANTOS, Boaventura. **O fim do Imperio Cognitivo**. Coimbra, Almedina, 2018.
- SANTOS, Boaventura. **Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur**. Editorial Abya-Yala, 2010.
- SOUSA, Clarilza Prado; NOVAES, Adelina de Oliveira. A compreensão de subjetividade na obra de Moscovici. In: ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa (org.). **Representações sociais: fronteiras, interfaces e conceitos**, Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2013. v. 1, p. 21-36.
- SOUSA, Clarilza Prado; VILLAS BOAS, Lucia Santiso. **Estudo psicossocial da escola**. Grupo de pesquisa em Representações Sociais da Pós-graduação em Educação: Psicologia da Educação. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/estudo-psicossocial-da-escola>.
- SOUZA, Angela Maria Baltieri; SOUSA, Clarilza Prado; GONÇALVES, Helenice Maia. Representação social e inclusão: lidando com a diferença. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 66, p. 1015-1037, 2020.
- VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos; SILVA, Anne Patrícia Pimentel Nascimento; SOUZA, Roberta Teixeira. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, v. 43, n. 3, p. e37452-e37452, 2020.
- VENTORIM, Silvana. Pesquisa e formação de professores nos Endipes: 20 anos de produção acadêmica em debate. **Revista História & Perspectivas**, v. 29, n. 54, p. 213-238, 2016.

APÊNDICE 1

Grupos de pesquisa registrados e certificados pelo CNPq que dispõem de linhas de pesquisa em Educação para a Paz.

GRUPO DE PESQUISA	INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DO GRUPO	NOME DA LINHA DE PESQUISA	ANO DE FORMAÇÃO ²⁸	ÁREA PREDOMINANTE	N.º de Pesquisadores em Linha de Pesquisa
Laboratório de Psicologia Genética	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	CERTIFICADO Não atualizado há mais de 12 meses	Grupo de Estudos Educação Para a Paz e Tolerância (GEEPAPZ)	1981	Ciências Humanas, Educação	03
Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Em Preenchimento	Formação de Professores, Educação, Violência Escolar e a Proposta de uma Educação Para a Paz: um estudo interinstitucional das percepções e propostas produzidas pelos programas de pós-graduação da Região Centro-Oeste	1999	Ciências Humanas, Educação	01
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Escolar e formação de professores	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	CERTIFICADO	Educação Física, Esporte e Educação para a Paz: dimensões conceituais, metodológicas e na formação de professores	2006	Ciências Humanas, Educação	03
Grupo Multidisciplinar de Pesquisa em Educação, Psicopedagogia e Psicologia Escolar	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	CERTIFICADO	Gestão do <i>bullying/mobbing</i> – convivência social e ética – Educação para a Paz	2006	Ciências Humanas, Educação	01

²⁸ Levantamento bibliográfico realizado somente na temporalidade de 2008 a 2018.

Educação para a Paz – Ética, Cidadania e Direitos Humanos	Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)	CERTIFICADO Não atualizado há mais de 12 meses	Ética, Cidadania, Exclusão e Inclusão Social	2012	Ciências Sociais Aplicadas; Direito	01
Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	CERTIFICADO Não atualizado há mais de 12 meses	Cultura da Paz	2013	Ciências Humanas, Ciências Políticas	13
Pluralismo, Cultura e Religião, na Sociedade Contemporânea	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	CERTIFICADO	Cultura e Religião, na sociedade plural.	2015	Ciências Humanas, Teologia	03
Grupo de Estudos: Corpo, Gênero e Educação	Universidade Federal Fluminense (UFF)	CERTIFICADO	Culturas, gênero e Educação para a Paz	2015	Ciências Humanas, Educação	02
Cultura da Paz, Direitos Humanos Humano e Desenvolvimento Sustentável	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	CERTIFICADO	Estudos da Paz e Educação para a Paz	2017	Ciências Humanas; Sociologia	10
Total: 37 Pesq.						

Fonte: Dados do pesquisador.

APÊNDICE 2
Dendograma das Classes

CLASSE 01 "Metodologias"			CLASSE 02 "Ação Pedagógica"			CLASSE 03 "Conteúdo de Relações Internacionais"			CLASSE 04 "Temáticas Pacifistas"		
(167 UCEs- 30,98%)			(156 UCEs- 28,94%)			(111 UCEs- 20,59%)			(105 UCEs- 19,48%)		
Seg. Textual*	Freg.	Ch ²	Seg. Textual	Freg.	Ch ²	Seg. Textual	Freg.	Ch ²	Seg. Textual	Freg.	Ch ²
Estudante	41	79,52	Formação	42	72,32	Política	24	72,43	Região	16	38,42
Resultado	40	67,53	Pedagógica	20	46,7	Internacional	27	58,13	Caso	15	34,68
Rendimento	21	44,58	Educação	38	46,02	Ator	11	37,91	Paz	17	29,93
Amostra	21	44,58	Educação Física	23	40,65	Direitos Humanos	21	35,54	Segurança	15	29,64
Dado	32	41,23	Professor	44	38,84	Estados Unidos	13	33,52	Examinar	7	29,31
Saúde	19	39,81	Docente	20	33,23	Discurso	11	33,39	Implementação	6	25,08
Acadêmico	30	39,15	Educação para a Paz	15	30,01	Violação	9	30,02	Crime	6	25,08
Questionário	20	38,52	Escola	39	29,27	Organização	11	29,55	Ameaça	7	23,95
Instrumento	24	38,42	Valores	14	24,35	Estado	19	27,63	Analisar	22	23,33
Psicológico	17	31,51	Educacional	17	23,63	Governo	11	26,24	Sudão	5	20,86
			Discussão	17	21,43	Externo	10	25,85			
			Reflexão	19	18,27	Debate	9	25,74			
			Cotidiano	10	17,65	Cuba	6	23,04			
						Estatal	6	23,04			
						Comissão	7	22,23			
						Proteção	7	22,23			
						Lei	8	21,99			

Fonte: Dados dos autores

Submetido: 30/07/2022

Aceito: 07/12/2022